



São Paulo Previdência  
Presidência

### Ata de Reunião

**Referência:** 155ª Reunião Ordinária

**Interessado:** São Paulo Previdência

**Assunto:** Conselho Fiscal

Aos 20 (vinte) dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, nesta cidade de São Paulo, na sala de reuniões da São Paulo Previdência, sito na Avenida Rangel Pestana, nº 300, 13º andar, ala Sé, às 10h00min, conforme prévia convocação, reuniu-se, virtualmente, o Conselho Fiscal da São Paulo Previdência-SPPREV. Estiveram presentes à reunião o Presidente do Conselho Fiscal, Josmar da Silva Batista, a Vice-Presidente do Conselho Fiscal, a senhora Eugênia Netto de Andrade e Silva Sahd, bem como os Conselheiros Titulares Bruno Rocha Nagli, Diógenes Francisco Marcelino, Roberto Figueiredo Guimarães e Conceição Aparecida Fileti. Também estiveram presentes o Diretor de Administração e Finanças, o senhor André Robles, o Gerente de Planejamento e Controle, Marcos de Oliveira Campos, o Gerente de Finanças e Contabilidade, André Carvalho Penafieri e a assistente previdenciária Bruna Stefano Mandrote. Inicialmente, o Presidente do Conselho Fiscal declarou abertos os trabalhos, iniciando-se com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 154ª Reunião; Relatório de Imóveis; Apresentação do Pró-Gestão RPPS e Apreciação do Balancete de Março de 2021. A princípio, foi passada a palavra ao Diretor de Administração e Finanças que comunicou sobre a licitação para alienação do imóvel da autarquia localizado à Rua Vergueiro, que se encontra em fase recursal. Com relação aos imóveis, André Robles também informou que na data de hoje foi publicado no Diário Oficial Decreto Estadual autorizando a possibilidade de transferência dos imóveis da SPPREV para a Secretaria da Fazenda, já havendo a lista desses imóveis. Ainda sobre os imóveis da SPPREV, em paralelo a isso, a Gerência de Licitações e Contratos está realizando um esforço para licitar os imóveis da autarquia para alienação, seguindo planejamento elaborado pela área de Patrimônio Imobiliário da SPPREV, junto com a Presidência. Em seguida, foi convidada a assessora Silvia Castellari Coimbra, responsável por administrar o Patrimônio Imobiliário da SPPREV, para falar sobre os imóveis da autarquia. Assim, a assessora esclareceu sobre os imóveis a serem alienados e sobre o certame para a venda do imóvel localizado à Rua Vergueiro. A Conselheira Eugênia Netto de Andrade e Silva Sahd quis saber se, com a alienação dos imóveis, será realizada a dedução proporcional nos valores referentes à insuficiência financeira, no que o Diretor de Administração e Finanças explicou que, com relação aos imóveis, não há uma regra definindo como se realizar referida dedução, tratando-se de uma deliberação da Administração. Na oportunidade, o Diretor de Administração e Finanças informou que no último dia 14 (catorze) foi publicado o Balanço Geral do Estado. Como consequência disso, os Fundos, as Autarquias e órgãos que tiveram superávit no exercício de 2020, devem encaminhar tais recursos à SPPREV, no prazo de 10 (dez) dias. Portanto, esse prazo termina no dia 24 deste mês, sendo que os órgãos cujos valores constavam em aberto, conforme apuração da Contadoria Geral do Estado, já foram oficiados por esta autarquia. Depois, passou-se à Apresentação do Pró-Gestão RPPS, oportunidade em que foi convidado o assessor Walter Kazuo Sashida, responsável pela gestão e implementação do Pró-Gestão na São



SPREVATA202100037A



## São Paulo Previdência Presidência

Paulo Previdência, bem como Elsimar Barros e Aline Bennicasa, ambas da empresa Atlantic Solutions que está auxiliando nessa implantação. Desta forma, o assessor Walter Kazuo Sashida explicou que o Pró-Gestão é um programa de certificação institucional e modernização da gestão dos regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi instituído pela Portaria do Ministério de Previdência Social nº 185/ 2015, sendo aderido pelo Estado de São Paulo em 06 de outubro de 2020. Walter Kazuo Sashida esclareceu que, para obtenção dessa certificação, é preciso que a SPPREV atenda 24 (vinte e quatro) requisitos. Depois, foi passada a palavra à Elsimar Barros que explicou sobre o Programa Pró-Gestão, que tem por objetivo auxiliar os entes federativos na melhoria da gestão dos RPPS, por meio de aprimoramento do controle dos ativos e passivos previdenciários e de uma maior transparência no relacionamento destes com os segurados e a sociedade. Os benefícios desta certificação consistem na melhoria na organização das atividades e processos; aumento da motivação por parte dos colaboradores; incremento da produtividade; redução de custos e do retrabalho; transparência e facilidade de acesso à informação; perpetuação das boas práticas pela padronização e reconhecimento no mercado em que atua. Ainda, Elsimar Barros também falou sobre o controle interno, governança corporativa e educação previdenciária. Conforme apresentou, para que a SPPREV atinja a pontuação para ser certificada no Nível II, restam 13 (treze) ações, das quais 6 (seis) são obrigatórias. Com relação ao Conselho Fiscal da SPPREV, Elsimar Barros destacou os seguintes requisitos a serem observados: (i) Inclusão, no relatório de governança corporativa, das atividades dos órgãos colegiados como reuniões e as principais decisões; (ii) aprovação dos relatórios mensais de investimentos acompanhados do parecer do Comitê de Investimentos e (iii) publicação, no site da SPPREV, do regimento interno, cronograma das reuniões e das atas. Também foi apresentada a proposta de alteração do regimento interno do Conselho Fiscal, que deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração. Depois da apresentação, o Conselho Fiscal aprovou, por unanimidade, o Relatório de Governança. Depois, foi passada a palavra ao Gerente de Finanças e Contabilidade, que passou a explicar sobre a parte Previdenciária do Balancete de Março de 2021. Desta forma, André Carvalho Penafieri falou sobre os principais pontos das Notas Explicativas. Assim, ele esclarece sobre as variações da receita que, quando comparada ao mês de fevereiro, verifica-se uma queda em decorrência da diminuição dos valores oriundos dos royalties de petróleo e o aumento do valor referente à insuficiência financeira. Com relação à receita oriunda da compensação previdenciária, André Carvalho Penafieri afirmou que esta se manteve estável. O Gerente de Finanças e Contabilidade também falou sobre a queda nas receitas, apontando como principais variações, a queda na despesa com inativos e a queda na despesa com pensionistas. Após, foi passada a palavra ao Gerente de Planejamento e Controle, Marcos de Oliveira Campos, que falou sobre as contas referentes à Administração do Balancete de Março de 2021. Desta forma, o Gerente de Planejamento e Controle falou sobre a receita do mês de março, oportunidade em que esclareceu sobre a diminuição da receita. No que se refere à taxa de administração, todos os órgãos fizeram os repasses regularmente. Com relação à despesa, no mês de março houve um aumento de 20%, em decorrência de algumas despesas no mês de março que não entraram nos meses de janeiro e fevereiro. Sobre os contratos administrativos, o Gerente de Planejamento e Controle citou apenas um novo contrato, esclarecendo sobre as renovações contratuais. Em seguida, Marcos de Oliveira Campos também falou sobre o relatório de ocorrências da auditoria independente, oportunidade em que mencionou duas ocorrências que foram esclarecidas pela SPPREV no mês de março. A primeira ocorrência foi a recomendação, por parte da auditoria independente, de atualização de um benefício militar na base de dados, sendo que a Diretoria de Benefícios Militares explicou que tal benefício já está atualizado, pois ele foi incluído em folha no dia 14 de dezembro de 2020 por determinação judicial, motivo pelo qual foi considerada esclarecida a ocorrência. Outra recomendação também se trata de atualização de benefício civil no SIGEPREV, no que a Diretoria de Benefícios - Servidores Públicos explicou que o benefício em questão não está sendo debitado em razão de aplicação correta de redutor em razão do teto constitucional, considerando o valor dos proventos que recebe o beneficiário. As demais



São Paulo Previdência  
Presidência

ocorrências continuam em monitoramento, sendo que essas são de resolução a longo prazo. Ao final, o Balancete de Março de 2021 foi aprovado, por unanimidade, pelo Conselho Fiscal, ficando a próxima reunião ordinária agendada para o dia 24 (vinte e quatro) de junho de 2021, quinta-feira, às 10h00min horas. E, para constar, eu, Paola Camargo, Secretária do Conselho, lavrei e subscrevo o presente que, lido e achado conforme, vai devidamente assinada pelos Conselheiros presentes.

São Paulo, 22 de junho de 2021.

Paola Spechoto Camargo  
Secretária da Reunião  
Conselho Fiscal

JOSMAR DA SILVA BATISTA  
Presidente do Conselho  
Conselho Fiscal

Eugênia Netto de Andrade e Silva Sahd  
Vice- Presidente  
Conselho Fiscal

DIÓGENES FRANCISCO MARCELINO  
Conselheiro Titular  
Conselho Fiscal

Roberto Figueiredo Guimarães  
Conselheiro Titular  
Conselho Fiscal

Bruno Rocha Nagli  
Conselheiro Titular  
Conselho Fiscal

CONCEIÇÃO APARECIDA FILETI  
Conselheira Titular  
Conselho Fiscal

